

Marcos legais para a institucionalização da formação docente em Mato Grosso (1910-1970)

Legal milestones for the institutionalization of teacher training in the state of Mato Grosso (1910-1970)

Silvia Helena Andrade BRITO¹
Margarita Victoria RODRÍGUEZ²
Artur D'Amico BEZERRA³

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar os marcos legais que acompanharam o processo de institucionalização da escola normal pública em Mato Grosso, entre 1910 e 1970. Para tal, foram compilados a legislação estadual, outros documentos públicos e dados censitários. O texto discorre sobre dois aspectos para analisar a legislação: o crescimento do ensino primário e a expansão da escola normal no Brasil e em Mato Grosso. Como conclusões, destaque-se o maior acesso à formação de professores por meio das escolas normais a partir dos anos 1930, quando as matrículas no ensino primário começaram a se tornar mais significativas no estado.

Palavras-chave: Escola Normal. Mato Grosso. Legislação. Formação de Professores.

Abstract

The paper aims to analyze the legal milestones that accompanied the process of institutionalization of public teacher education in the state of Mato Grosso, between 1910 and 1970. The documents studied were the state legislation, other public documents and some census data. The text discusses two aspects to understand the teacher education courses: the development of the primary school and the expansion of teacher education courses in Brazil and in the state of Mato Grosso. With respect to the proposed object, there was an expansion of access to teacher education courses in the 1930s, when enrollment in primary education started to become more significant.

Keywords: Teacher Education School. Mato Grosso. Legislation. Teacher Training.

-
- 1 Doutora em Filosofia e História da Educação pela UNICAMP. Professora Associada III - Curso de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Educação/CCHS/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. End.: Cidade Universitária, Caixa Postal 549. CEP: 79070-900. Campo Grande – MS. Tel.: (67) 3345 – 7617. Email: <s.helena.brito@uol.com.br>.
 - 2 Doutora em Filosofia e História da Educação pela UNICAMP (1996), Professora Adjunta II - Curso de Pedagogia e Programa de Pós-Graduação em Educação/CCHS/ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. End.: Cidade Universitária, Caixa Postal 549. CEP: 79070-900. Campo Grande – MS. Tel.: (67) 3345 – 7617. Email: <poroyan@uol.com.br>.
 - 3 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação. Mestrando do PPG em Educação/Campo Grande/UFMS (2013 a 2015). End.: Cidade Universitária, Caixa Postal 549. CEP: 79070-900. Campo Grande – MS. Tel.: (67) 3345 – 7617. Email: <arturdamico@gmail.com>.

R. Educ. Públ.	Cuiabá	v. 26	n. 61	p. 177-197	jan./abr. 2017
----------------	--------	-------	-------	------------	----------------

Tendo como marco temporal as primeiras sete décadas do século XX, o objeto deste trabalho é a legislação referente à escola normal pública em Mato Grosso, considerando especialmente o momento histórico relacionado à sua implantação e consolidação nessa unidade federativa da região Centro-Oeste do Brasil. Seu objetivo é analisar os marcos legais que acompanharam o processo de institucionalização da formação docente no estado, no período histórico que se estende entre 1910 e 1970.

Para tal, foram compilados a legislação estadual e outros documentos públicos, dados censitários e a bibliografia já produzida sobre a temática (CARVALHO, 2014; SÁ, 2006; SÁ; SÁ, 2008; SIMIÃO, 2006; SIMÕES, 2014). Além disso, dado não ser possível apresentar a legislação estadual⁴ e os acervos escolares em sua totalidade, duas categorias de análise são destacadas, uma vez que norteiam as reflexões sobre os documentos coligidos: *acesso*, elemento que aflorou na pesquisa sobre o ensino normal, uma vez que se relaciona às diretrizes e propostas de expansão da formação docente em Mato Grosso; e a *organização do trabalho didático* na escola normal, em especial enfatizando os planos de estudo do ensino normal mato-grossense, entre os anos 1930 e 1970.

Visando a atender o objetivo explicitado, inicia-se o artigo com reflexões acerca do momento histórico em que se deu o desenvolvimento da Escola Normal no Brasil e em Mato Grosso (parte 1). Segue-se apresentando o processo de constituição do ensino normal no Brasil (parte 2) e a expansão do ensino normal público em Mato Grosso (parte 3). O item seguinte trata da legislação que amparou esse processo de expansão em Mato Grosso (parte 4), finalizando-se o artigo com algumas considerações sobre o objeto proposto para debate.

Brasil e Mato Grosso entre os anos 1910 e 1970

Para se pensar no momento histórico em que se deu a consolidação e a expansão do modelo de Escola Normal no país, importa lembrar que, nas primeiras décadas do século XX, o Brasil experimentava um processo de intensas mudanças sociais, acompanhadas do fortalecimento e predomínio de algumas unidades federadas, que tinham a hegemonia das decisões políticas e econômicas do país e comandavam o aparelho de Estado, em âmbito nacional. Na Primeira República, o controle político

4 Ao privilegiar o exame da legislação produzida no âmbito estadual, no entanto, não se desconsidera a importância cada vez maior assumida pela União frente ao processo educacional, bem como sua prerrogativa de normatizar sobre as diretrizes e bases da educação nacional, o que aconteceu principalmente no período que se inaugurou com a chamada Era Vargas.

e econômico do país estava concentrado nas mãos de frações da burguesia agrária, principalmente a relacionada à atividade de produção e exportação do café. Essa última, nos diferentes estados, estava aliada a representantes de fazendeiros, comerciantes e/ou empresários de outros setores, que também controlavam as atividades manufatureiras urbanas, vistas como o polo mais dinâmico da sociedade (BASBAUM, 1986).

Essa acumulação de capital, efetivada especialmente durante o período da Primeira Grande Guerra, possibilitou que o país investisse no mercado interno e na produção industrial. A nova configuração da economia brasileira exigia uma força de trabalho especializada, questão que motivou um amplo debate envolvendo educadores, intelectuais e políticos, e desencadeou a implantação de políticas e investimentos na área educacional. Sob o ponto de vista político, o país atravessava um período de notória convulsão e profunda crise de legitimidade, o que provocou sucessivas mudanças de governantes nos anos 1920, até a tomada do poder por Getúlio Vargas.

Os anos 1920, portanto, estiveram marcados pelo confronto de ideias e correntes divergentes – nacionalismo, socialismo, comunismo, liberalismo, anarquismo, influenciadas pelos movimentos internacionais e pela crise econômica mundial de 1929. Essa crise repercutiu diretamente sobre o desenvolvimento das forças produtivas no campo, visto que foram perdidos os subsídios estatais que garantiam a produção, por um lado. Por outro, foram rompidas as tradicionais alianças políticas para a eleição presidencial, culminando com a *Revolução* de 1930, ápice de uma série de movimentos armados, caracterizada por Leôncio Basbaum (1986, p. 294) como “[...] uma insurreição político-militar com apoio parcial do povo.” Esse fato implicou a substituição do poder hegemônico de uma facção da classe dominante por outra, ou seja, da burguesia agrário-exportadora pela burguesia urbano-industrial, em ascensão, que contribuiu para a consolidação do capitalismo no Brasil.

Toda essa convulsão econômica e política foi acompanhada por uma intensa mudança no âmbito cultural e educacional. Para Antônio Candido (1984, p. 28), “[...] não foi o movimento revolucionário que começou as reformas [do ensino]; mas ele propiciou a sua extensão para todo o país.” Essas transformações, presentes desde os anos 1920, propiciaram o fortalecimento do processo de estruturação e ampliação da rede escolar no país.

As modificações envolveram não apenas a infraestrutura e a organização administrativa da escola, mas também foi instalado um novo ideário educacional, acarretando uma orientação pedagógica e práticas escolares inovadoras, como consequência da influência de concepções escolanovistas de origem europeia e estadunidense. Nesse momento histórico, a escola normal ganhou nova vitalidade e centralidade, porque era a instituição encarregada de *divulgar e propagar* as recentes ideias e métodos pedagógicos junto aos futuros professores e contribuir para o processo de modernização do país.

Tais mudanças foram reforçadas a partir de 1930, quando o governo orientou suas ações para a criação de um sistema educativo centralizado e controlado oficialmente. Reforçando tal perspectiva, Nagle (2001, p. 281) lembra que todo esse movimento de transformação da sociedade provocou mudanças na própria natureza da escola primária:

[...] ocorre numa fase de tentativa de democratização da cultura que resulta de um esforço para superar determinadas características semicoloniais da sociedade brasileira. É por causa desse processo de transformação que vão aparecer novas exigências ligadas ao problema de formação do professorado. As alterações realizadas na escola primária provocaram mudanças correspondentes na escola normal, de tal maneira que a preocupação com a primeira não pode ser analisada independentemente da preocupação com a segunda; na realidade, ambas constituem duas facetas de um mesmo problema, pois a nova natureza e as novas funções atribuídas à escola primária se firmariam se, além de outras condições fosse alterado e aperfeiçoado o curso de formação de professores primários, considerado a pedra angular para o perfeito êxito da nova escola primária. (NAGLE, 2001, p. 281).

As transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas no primeiro momento, que precedeu o movimento de outubro de 1930, fizeram-se acompanhar pela nova legislação imposta pelo governo provisório, que sancionou decretos visando à organização do ensino secundário e à instalação de universidades. Tais medidas, no entanto, não foram suficientes para acomodar os interesses das forças políticas responsáveis pela condução de Getúlio Vargas ao poder, mesmo após a promulgação da nova Constituição, em 1934. Assim, em função da instabilidade política, Getúlio Vargas liderou um golpe de Estado, abrindo o período do Estado Novo, com a outorga de uma nova carta constitucional ao país, em 1937.

Instaurado o Estado Novo e já tendo sido deflagrada a Segunda Guerra Mundial, iniciada em 1º de setembro de 1939, o país passaria por novas mudanças que, de acordo com Prado Jr., possibilitaram uma marcada evolução econômica, na qual “[...] se verificarão acentuados e crescentes desequilíbrios e desajustamentos que se prolongam na vida social e política” (PRADO JÚNIOR, 1976, p. 301).

Cabe ressaltar que o conflito bélico intensificou e revigorou também a economia exportadora de produtos primários, voltada para atender à demanda internacional de alimentos e matérias-primas necessárias para manter as grandes potências envolvidas na guerra. Além disso, observou-se um declínio

na importação de produtos industrializados, situação que favoreceu a produção nacional e a instalação de indústrias locais, especialmente no estado de São Paulo.

Assim como no restante do país, em Mato Grosso também foi sentida uma queda na exportação de todos os produtos locais – carne, charque, couro, erva-mate, borracha, entre outros – entre os anos 1920 e 1930. Da mesma forma, a partir do final dos anos 1930, o aumento das exportações brasileiras, devido ao *esforço de guerra*, também atingiu o estado, que experimentou um progresso material notável, fundamentalmente no âmbito comercial, tendo em vista o ressurgimento da exploração dos seringais nativos, por um lado, e a revitalização do polo comercial de Corumbá, por outro lado.

Nesse sentido, no primeiro caso, em agosto de 1942, foram abertas novas estradas, como, por exemplo, a estrada de ligação entre Cuiabá e Santarém, no estado do Pará. No segundo, houve a construção do ramal ferroviário a partir de 1938, que ligou Mato Grosso a Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia. Também em Corumbá, deu-se o incremento da extração de manganês, atendendo a necessidade norte-americana, na perspectiva do *esforço de guerra*. Esses são dois exemplos que mostram as oportunidades abertas pelo desenvolvimento capitalista nesse momento histórico, em que os países centrais estavam voltados para o conflito bélico mundial ou para a reconstrução da sua infraestrutura produtiva (BRITO, 2001).

Tais conjunturas favoráveis permaneceram até meados dos anos 1960, quando se restabeleceram as condições de fluxo de mercadorias, e sobretudo de capitais, no contexto da sociedade capitalista. Essas novas condições colaboraram para fortalecer a agropecuária nas regiões norte e sul de Mato Grosso.

No que tange à questão educacional, apesar desse ambiente *modernizante e progressista* no Brasil e também no estado de Mato Grosso e das circunstâncias econômicas mais propícias para a expansão do ensino primário e o aumento da demanda escolar, a escola normal enfrentou dificuldades para se materializar e encontrou obstáculos para se expandir.

A forma como se desenvolveram as mudanças na formação de professores no Brasil, por meio da institucionalização da escola normal, é tratada a seguir.

Reformas do ensino e normatização da escola normal

Saviani (2005) pontua três momentos decisivos na história da formação docente no Brasil. O primeiro foi a reforma da escola normal do estado de São Paulo, em 1890, inspirada no modelo republicano, que se propagou por todo o Brasil. O segundo momento se deu com as reformas do ensino de inspiração escolanovista, realizadas no Distrito Federal, em 1932, dirigidas por Anísio

Teixeira, e no estado de São Paulo, tendo à frente Fernando de Azevedo, em 1933. Tais reformas demarcaram o modelo organizacional e pedagógico de escola normal que, posteriormente, foi assumido por vários estados brasileiros. Algumas dessas inovações pedagógicas foram incorporadas na Lei Orgânica do Ensino Normal, decretada em 1946 (BRASIL, 1946). Por fim, o autor identifica a reforma do ensino estabelecida em 1971 como o terceiro momento decisivo, porque se criou a habilitação para o magistério e se desmontou a tradicional formação normalista.

O primeiro desses momentos, a reforma paulista da escola normal, é conceituado como uma instância fulcral pelos historiadores (SILVA, 2003; SOUZA, 1998; TANURI, 2000; VIDAL, 2001; VILLELA, 2000), porque significou a incorporação de práticas pedagógicas e de novos conteúdos curriculares: Matemáticas – Álgebra e Escrituração Mercantil; Ciências Físico-Químicas; Desenho, Solfejo e Canto Escolar; Educação Física – Calistenia, Ginástica e Exercícios Militares; Geografia (que foi separada da cadeira de História); Economia Política e Educação Cívica. Além disso, houve a criação da escola modelo anexa à escola normal, entendida como lócus de formação prática dos futuros docentes. Os docentes que viabilizaram essa proposta e muitos normalistas formados pela instituição paulista atuaram no interior do estado de São Paulo e em outros estados da federação, inclusive em Mato Grosso.

Conforme Tanuri (2000, p. 68, grifo nosso), as iniciativas que levaram “[...] ao desenvolvimento qualitativo e quantitativo das escolas de formação de professores, [estiveram] sob a liderança dos estados mais progressistas, especialmente de São Paulo, que se convertera no principal pólo econômico do país.” Assim, foi essa a proposta que determinou o padrão de organização e funcionamentos das escolas normais entre os anos finais do século XIX e os primeiros 30 anos do século XX (SAVIANI, 2009).

O segundo momento importante para a política de formação docente, de acordo com Saviani (2005), teve lugar com as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal (1932) e a reforma de São Paulo (1933), realizada por Fernando de Azevedo, baseadas nas concepções escolanovistas. Como proposta inovadora, entre outros aspectos, introduziram as escolas-laboratórios, que operavam como espaços para experimentação pedagógica dos futuros professores, com base científica e técnica.

A reforma mais estruturada e orgânica foi elaborada por Anísio Teixeira. Com o Decreto n. 3.810, de 19 de março de 1932, foi criado o Instituto de Educação do Rio de Janeiro, com o intuito de oferecer uma formação científica, racional e profissional para os professores, elevando a formação docente ao nível superior, mediante um plano curricular que atendesse às necessidades sociais e organizacionais da instrução pública do país (VIDAL, 1996, 2001).

Na Escola de Professores do Instituto foi adotada uma matriz de conteúdos científicos e pedagógicos, tidos como os mais apropriados para serem implementados pelas escolas normais, organizados em três cursos: a) fundamentos profissionais; b) cursos específicos de conteúdo profissional; c) e integração profissional. Tal modelo de formação dispunha, no primeiro ano do curso, das seguintes matérias: História da Educação, Psicologia Educacional, Sociologia Educacional, Biologia Educacional, Introdução ao Ensino - Princípios e Técnicas, Matérias de Ensino (Cálculo, Leitura e Linguagem, Literatura Infantil, Estudos Sociais, Ciências Naturais) e Prática de Ensino (observação, experimentação e participação).

Com efeito, a Escola Normal, dirigida por Lourenço Filho entre 1932 e 1935, foi transformada em Escola de Professores, constituindo-se um outro modelo a ser seguido. Funcionava como um laboratório de experimentação e contava com uma estrutura complexa de apoio – jardim-de-infância, escola primária, escola secundária – na qual os futuros docentes realizavam as suas práticas. Também havia o Instituto de Pesquisas Educacionais, a Biblioteca Central de Educação, outras bibliotecas escolares, uma filмотeca, museus escolares e radiodifusão (VIDAL, 2001; SAVIANI, 2005).

Simultaneamente, em 1933, em São Paulo, Fernando de Azevedo elevou a formação docente ao nível superior, por meio da criação do Instituto de Educação de São Paulo. Completando os dois empreendimentos, em 1935, por iniciativa também de Anísio Teixeira, criou-se a Universidade do Distrito Federal e a Escola de Professores foi incorporada à universidade, com o nome de Escola de Educação. Por fim, em 1939, foram implantados os Cursos de Pedagogia e de Licenciatura na Universidade do Brasil e na Universidade de São Paulo. Desse modo, a formação docente assumiu um caráter técnico-profissional, modelo que inspirou as escolas normais do país, como pontua Saviani (2005).

Embora as escolas normais tenham incorporado as novas concepções no campo pedagógico, as mudanças introduzidas na formação de professores nos anos 1930 e 1940 somente se transformaram em uma diretriz nacional no ano de 1946. Essa legislação era parte do conjunto que ficou conhecido como Reforma Capanema, apesar de ter surgido durante o governo provisório do presidente José Linhares. Nesse momento histórico, o então ministro da Educação, Raul Leitão da Cunha, baixou uma série de decretos que novamente reformaram o ensino, entre eles o Decreto-lei n.8.530, de 2 de janeiro de 1946, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Normal (BRASIL, 1946).

O ensino normal adotou a mesma estrutura dos demais cursos de nível médio. Foi dividido em dois ciclos: o primeiro, destinado à formação de regentes, com duração de quatro anos, correspondente ao ciclo ginásial do curso secundário, funcionaria nas Escolas Normais Regionais. O segundo ciclo, destinado à formação de professores primários, com duração de três anos, correspondia

ao ciclo colegial do curso secundário e funcionaria em Escolas Normais e nos Institutos de Educação. O regulamento também previa a existência de jardim-de-infância e escola primária anexos, além de cursos de especialização para professores primários “[...] para as áreas de educação especial, ensino supletivo, desenho e artes aplicadas, música e canto e cursos de administradores escolares para formar diretores, orientadores e inspetores escolares” (SAVIANI, 2005, p. 18).

Tal adequação do ensino normal aos moldes do ensino secundário foi criticada porque mantinha as tradicionais características das escolas normais. Saviani (2009, p. 147), entretanto, ressalta:

Se os cursos normais de primeiro ciclo, pela sua similitude com os ginásios, tinham um currículo centrado nas disciplinas de cultura geral, no estilo das velhas Escolas Normais, tão criticadas, os cursos de segundo ciclo contemplavam todos os fundamentos da educação introduzidos pelas reformas da década de 1930.

Assim, a Lei Orgânica do Ensino Normal não introduziu propriamente modificações e inovações no modelo de ensino normal. Na verdade, referendou mudanças que já estavam sendo praticadas em vários estados da federação.

Após a aprovação da Lei Orgânica do Ensino Normal, foi promulgada a Constituição Federal em 1946. A Carta Magna retomou a orientação descentralizadora e liberal da Constituição Federal de 1934, que deixava aos estados e ao Distrito Federal a responsabilidade de estruturar seus respectivos sistemas de ensino, seguindo as orientações das diretrizes e bases da União. Desse modo, os estados tiveram autonomia para organizar e regulamentar as modalidades de ensino. A maioria dos estados, contudo, adotou a Lei Orgânica do Ensino Normal como modelo para organizar as suas escolas. Somente São Paulo e Bahia mantiveram um sistema próprio, porém não fugiram significativamente do modelo proposto pela referida Lei (TANURI, 2000).

Tais pressupostos foram reafirmados com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em 1961 (BRASIL, 1961), importante ainda porque explicitou a equivalência entre todas as modalidades de ensino médio. Em outras palavras, o ensino normal, assim como o ensino agrícola, comercial e industrial, foram avaliados como plenamente equivalentes ao ensino secundário de formação geral, dando aos seus alunos o direito de prosseguirem seus estudos em quaisquer carreiras do ensino superior.

Finalmente, como último momento desse processo, o modelo de formação docente que havia sido historicamente construído com as escolas normais como lócus privilegiado para a formação do professor primário foi desmontado, pela aprovação da Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971).

Regulamentação e institucionalização da escola normal pública em Mato Grosso

A legislação referente à escola normal pública em Mato Grosso, levando em conta especialmente o momento histórico relacionado à sua implantação e consolidação nessa unidade federativa da região Centro-Oeste do Brasil, também foi influenciada pelos lineamentos organizativos e normas legais implantadas pelo estado de São Paulo na Primeira República. Em função disso, estruturou suas instituições formadoras conforme aquele modelo.

É relevante mencionar que a primeira instituição escolar estatal para formação de professores criada nesse período foi a Escola Normal de Cuiabá, em 1910⁵, atendendo em particular à capital, sede administrativa e política do estado, e à região norte de Mato Grosso. A iniciativa, parte das políticas do governo de Pedro Celestino Corrêa da Costa, tinha como propósito criar as condições para o fortalecimento do ensino primário na região, entendido como “[...] base fundamental de todo o verdadeiro progresso social, que é tanto que o primeiro passo a dar para esse fim é a formação de bons professores” (MATO GROSSO, 1910 apud SÁ, 2006, p. 20). Para a instalação e a organização do estabelecimento, bem como para atuar na reorganização do ensino primário, foram contratados os normalistas Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann, egressos da Escola Normal Caetano de Campos, em São Paulo⁶.

O segundo estabelecimento voltado para a formação de professores a ser organizado pelo poder público, a Escola Normal de Campo Grande, foi

5 Como em outras províncias do país, também em Mato Grosso houve outras tentativas de instalação de escolas voltadas para a formação de professores, por parte do poder público. Assim, com base no Ato Adicional de 1834, que delegou às províncias as responsabilidades de manutenção do ensino primário e secundário, o governo mato-grossense previu a criação de uma escola normal no Regulamento de 1837, que só veio a funcionar em 1840, tendo sido extinta em 1844. Nova tentativa de manter uma escola normal foi concretizada em 1874. Ela permaneceu funcionando até 1880, quando o “[...] Barão de Maracaju ao assumir a Presidência da Província, inaugurou o Liceu de Línguas e Ciências incorporando, a esta instituição, o Curso Normal” (SÁ, 2006, p. 16). Este último foi transformado uma vez mais em curso independente, com a criação do Externato Feminino em 1889, durante a reforma de Souza Bandeira, no ocaso do Império. Com a instalação do regime republicano, foi reabsorvido novamente pelo Liceu, união que durou apenas dois anos. Em 1894, a Escola Normal de Cuiabá foi fechada, tendo se mantido assim até a primeira década do século XX.

6 Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlman formaram-se em São Paulo, em 1909. Chegaram a Cuiabá em 1910. O primeiro ocupou a direção da Escola Normal da capital e da Escola Anexa até 1916, quando passou a exercer a advocacia. Já Kuhlman foi diretor do Grupo Escolar Senador Azeredo, além de ser professor particular e escritor. Também importa assinalar que, entre 1910 e 1924, outros normalistas originários de São Paulo foram contratados por sucessivos governos mato-grossenses (REIS; SÁ, 2006).

instalado em 21 de abril de 1930, pelo então presidente do estado, Aníbal Toledo (RODRÍGUEZ; OLIVEIRA, 2008; SIMÕES, 2014). Esse movimento foi determinado pelo processo de expansão da cidade de Campo Grande, que iria se transformar no polo socioeconômico de maior importância no sul de Mato Grosso, principalmente após a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que permitiu o estabelecimento de relações comerciais mais estreitas com São Paulo.

Também foram significativas para a implantação de novas escolas normais as necessidades postas pela intensificação da urbanização em todo o estado, o que demandou a expansão do ensino primário em Mato Grosso. A título de exemplo, verificou-se a expansão do ensino primário em Mato Grosso entre os anos 1920 e 1950, conforme demonstra a tabela 1.

Tabela 1 – Crescimento do atendimento escolar no ensino primário – Mato Grosso – 1920 a 1950

Ano	População de Mato Grosso	População escolarizável (5 a 14 anos) ⁽¹⁾	População escolarizada	Atendimento ⁽²⁾ (%)	Variação relativa no atendimento (%)
1920	246.612	65.493	9.419 ⁽³⁾	14,4	100,0
1940	432.265	88.174	25.803 ⁽⁴⁾	29,3	114,9
1950	522.044	142.562	34.378 ⁽³⁾	24,1	- 5,2

(1) Devido às classes de idade utilizadas nos recenseamentos desses anos, só foi possível considerar a população entre 5 a 14 anos. (2) Percentagem da população escolarizável que recebeu instrução.

(3) Alunos matriculados em escolas primárias. (4) Pessoas de 5 a 14 anos que receberam instrução primária.

Fontes: BRITO, 2001.

Os dados da tabela 1 evidenciam que, no período 1920-1950, houve um aumento de 111,7% na população mato-grossense, da mesma forma que aconteceu um crescimento de 117,7% na faixa de idade entre 5 e 14 anos. Em 1920, 14,4% da população escolarizável, ou seja, da população com idades variando entre 5 e 14 anos, estava frequentando a escola primária pública e particular em Mato Grosso. Já em 1950, o atendimento registrou 24,1% da população escolarizável recebendo instrução elementar, variação que foi suficiente para passar a incluir perto de um terço da população em idade escolar do estado. Houve, também, o aumento de 265,0% no número de vagas oferecidas pelas escolas primárias em Mato Grosso, que passou de 9.419, em 1920, para 34.378, em 1940. Além disso, o número de pessoas escolarizadas entre 5 e 14 anos, em relação à população total, passou de 3,8% para 6,6%.

Os dados em destaque mostram que, apesar da seletividade que marcava o acesso à escolarização primária – pois apenas um terço da população em idade escolar frequentava escolas, o ensino elementar se encontrava em expansão em Mato Grosso. Tal fato também favoreceu o processo de institucionalização da formação docente, em particular por meio da implantação de escolas normais (tabela 2).

Tabela 2 - Expansão das escolas normais públicas em Mato Grosso - 1910 a 1954

1910-1929	1930-1936	1937-1947 ⁽¹⁾	1948	1950	1954
1 escola	2 escolas	----	2 escolas de segundo ciclo	3 escolas de segundo ciclo	4 escolas de segundo ciclo

(1) No período em questão, entre 1937 e 1947, as duas escolas normais públicas foram incorporadas ao Liceu Cuiabano e ao Liceu Campo-grandense.

Fonte: BRITO, 2001.

Como se vê na tabela 2, particularmente a partir dos anos 1930 – e principalmente nos anos 1940 e 1950, foram instaladas novas escolas normais estatais em Mato Grosso, acompanhando o processo de expansão do ensino primário (tabela 1). Em 1949, foi instalada a Escola Normal de Aquidauana (CARVALHO, 2014); em 1952, a Escola Normal Dom Aquino Corrêa, em Três Lagoas; e em 1954, a Escola Normal de Ponta Porã⁷, todas situadas em municípios na região no sul do estado de Mato Grosso⁸.

Ora, analisando tais dados, percebem-se três momentos históricos em relação à escola normal em Mato Grosso: o primeiro, que vai de 1910 a 1929, quando da instalação da primeira escola normal, a de Cuiabá; o segundo, de 1930 a 1947, marcando a instalação da primeira escola normal no sul do estado, em Campo Grande. No terceiro momento, de 1948 aos anos 1970, os marcos históricos foram o processo de expansão da escola normal e o seu ocaso, motivado pelas transformações advindas da instalação de um novo projeto social, político e

7 Na mensagem dirigida à Assembleia Legislativa Estadual pelo Governador Fernando Corrêa da Costa, em janeiro de 1955, ainda não aparecia a Escola Normal de Ponta Porã, criada no decorrer do ano de 1955 (MATO GROSSO, 1955), o que explica o porquê de não ser contabilizada na tabela 2. Da mesma forma, Elpídio Reis (2005), em obra que tem como objetivo um balanço acerca das realizações estatais quando da existência do Território Federal de Ponta Porã, entre 1943 e 1946, aponta a criação de uma Escola Normal Regional nesse período, na sede do território, a saber, a cidade de Ponta Porã. Tal informação, contudo, precisa ser cotejada a partir de outras fontes documentais.

8 Os dados disponíveis até o momento não indicam a criação de Escolas Normais na região norte de Mato Grosso, exceto a Escola Normal de Cuiabá, como já visto, situada na capital do estado, até o ano de 1955.

educacional para o Brasil, como parte das reformas implementadas pelo regime militar, a partir da segunda metade dos anos 1960.

A seguir, discute-se a legislação sobre o ensino normal público em Mato Grosso, partindo-se das duas categorias anunciadas na introdução – o acesso e a organização do trabalho didático, examinando particularmente os planos de estudos, tendo em vista cada um dos momentos históricos definidos.

O acesso e os planos de estudos do ensino normal público

Tratar do *acesso* ao ensino normal estatal implica refletir, entre outras, sobre duas questões: a disponibilidade de escolas e as formas de acesso a esse ensino.

No primeiro momento histórico aqui focalizado, entre 1910 e 1930, havia apenas uma escola normal no estado, situada em Cuiabá. Os marcos legais para esse período eram, principalmente, o Decreto n. 353, de 27 de janeiro de 1914, e o Decreto n. 742, de 29 de setembro de 1926, ambos tendo como objeto o Regulamento da Escola Normal de Mato Grosso (MATO GROSSO, 1914; 1926).

Não há informações disponíveis, até o momento, acerca da disponibilidade de vagas na Escola Normal de Cuiabá, ou seja, quantas vagas a instituição ofereceu entre 1910 e 1929, partindo de sua posição como a única escola normal existente no estado. Os dados coletados por Sá (2006), contudo, mostram um crescimento no número de alunos matriculados entre 1911 e 1916, respectivamente 16 e 65 discentes, majoritariamente mulheres. Ao mesmo tempo, no entanto, era bem menor o contingente de formados. A título de exemplo, no ano de 1916, dos 65 matriculados, somente seis concluíram o curso (SÁ, 2006)⁹.

Em relação às condições de acesso à matrícula no curso normal, o Decreto n. 353, de 27 de janeiro de 1914, em seu artigo 29 (MATO GROSSO, 1914), arrolava os conhecimentos a serem demonstrados no exame de suficiência para ingresso no curso, a saber: a gramática elementar da língua portuguesa, a literatura de prosa e verso, a escrita sobre ditado e caligrafia, a aritmética, o sistema legal de pesos e medidas, a morfologia geométrica, o desenho à mão livre, a moral prática e educação cívica, a geografia geral e história do Brasil, as noções de cosmografia, as noções de ciências físicas, químicas e naturais, e a leitura de música e canto.

9 Não é possível, com os dados existentes até o momento, determinar com precisão que regiões de Mato Grosso eram atendidas pelos professores formados pela Escola Normal de Cuiabá. Entre os relatos de memórias de professores entrevistados por Maria da Glória Sá Rosa (1980), encontram-se normalistas formadas entre os anos de 1913 a 1938, que se dirigiram para as escolas do sul de Mato Grosso, principalmente por motivos familiares ou pela dificuldade de lotação, sobretudo nas escolas primárias urbanas no norte do estado.

Além disso, o inciso único do artigo 30 deixava claro que, para realizar o exame de suficiência, era indispensável que o candidato tivesse sido aprovado no exame final do curso completo de instrução primária, de acordo com as disposições regulamentares em vigor. Abria-se uma exceção, no entanto, para os alunos que concluíam o curso primário na Escola Modelo, nesse momento histórico funcionando como grupo escolar anexo à Escola Normal (SÁ, 2006).

Outras condições para ingresso, expressas no artigo 32 do mesmo Decreto (MATO GROSSO, 1914), e para as quais se exigia a devida comprovação, eram: idade mínima de 14 anos para o sexo feminino e de 15 para o masculino; moralidade; ter sido vacinado ou não ter sofrido varíola; não padecer de moléstia contagiosa e nem ter defeito físico incompatível com o exercício do magistério; possuir licença do pai, tutor ou do marido, quando o aluno era menor ou, no caso, especificamente da mulher casada. Curioso notar que o estatuto legal, contudo, não esclarecia o significado dos termos ou como o candidato comprovaria a sua *boa índole* ou a sua *moralidade*.

No segundo momento histórico, 1930 a 1937, sublinha-se a instalação da Escola Normal de Campo Grande e respectivo curso complementar anexo, quando o sul de Mato Grosso passava por transformações sociais que levariam, nas décadas vindouras, ao fortalecimento da posição de Campo Grande como polo regional (BRITO, 2001; RODRÍGUEZ; OLIVEIRA, 2008). A exposição de motivos que acompanha o Decreto n. 865, de 13 de junho de 1929, declarava a necessidade de preparação de docentes para atuarem nas escolas do interior do estado e a dificuldade de deslocamento, tanto de alunos para Cuiabá, como de professores formados na capital para as cidades do sul de Mato Grosso (MATO GROSSO, 1929). A abertura desse estabelecimento significou um primeiro momento de expansão da formação docente no estado.

A restrição ao acesso, no entanto, foi também marca distintiva da política pública do governo estadual em relação à formação de professores, expressa no fechamento dos cursos normais e sua incorporação aos Liceus. A Escola Normal Pedro Celestino¹⁰, de Cuiabá, foi incorporada ao Liceu Cuiabano, em 1937, por meio do Decreto n. 112, de 29 de dezembro de 1937 (MATO GROSSO, 1937). A desativação da Escola Normal Joaquim Murtinho¹⁰ e sua incorporação ao Liceu Campo-grandense deram-se no ano seguinte, 1938, com o Decreto n. 229, de

10 Em 1932, a Escola Normal de Cuiabá recebeu o nome de seu fundador, passando a chamar-se Escola Normal Pedro Celestino (SÁ; SÁ, 2008, p. 73). No mesmo contexto dos anos 1930, a Escola Normal de Campo Grande recebeu o mesmo nome do Grupo Escolar anexo, passando a chamar-se Escola Normal Joaquim Murtinho (SIMÕES, 2014).

27 de dezembro de 1938 (SIMÕES, 2014). Já nos anos 1940 foram formadas as últimas turmas de normalistas e os cursos especializados para a formação de professores foram desativados nas duas escolas.

Convém salientar alguns dos motivos alegados pelo governo estadual que fundamentaram tal política. O foco era mostrar que, para o estado, naquele momento histórico, existiam outros objetivos mais fundamentais, em se tratando da escolarização pós-primária, que a formação de professores: a existência de um grande número de professores formados, suficiente para o magistério no ensino primário; a necessidade de favorecer aos alunos concluintes do ensino pós-primário a continuidade de seus estudos, aspecto que o ensino normal não facultava; a urgência em instalar o curso complementar, dando cumprimento à Lei Estadual n. 49, de 19 de outubro de 1936, decorrente de exigência do Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931, parte da Reforma Francisco Campos para o ensino secundário (MATO GROSSO, 1937).

Com a reabertura das duas Escolas Normais, Pedro Celestino e Joaquim Murтинho, em 1948 (Decreto-Lei n. 334, de 31 de janeiro de 1947), iniciou-se o terceiro momento histórico aqui abordado, em que houve a consolidação e a expansão do ensino normal em Mato Grosso. Como o número de vagas disponíveis nas duas escolas era reduzido, no entanto, o novo Regulamento das Escolas Normais (Decreto n. 289, de 26 de março de 1947) também previa a comprovação de conclusão do ensino primário, bem como o exame de admissão, no artigo 21, item f, para os alunos que se dirigissem à primeira série do primeiro ciclo, que formaria regentes do ensino primário, além de comprovação da conclusão do primeiro ciclo ou do ensino ginasial para os discentes que se dirigiam para o segundo ciclo, que formaria professores primários (MATO GROSSO, 1947).

As condições do erário público e as prioridades estabelecidas para a expansão da escolarização pós-primária novamente modificaram a execução do previsto na legislação de 1947, por meio do Decreto n. 410, de 18 de fevereiro de 1948. O Decreto determinou as condições para o funcionamento imediato das duas Escolas Normais citadas: sua instalação nos espaços físicos já existentes, do Colégio Estadual de Mato Grosso, em Cuiabá, e do Ginásio Campo-grandense, em Campo Grande, e a abertura de cursos voltados para a formação de professores, portanto, do segundo ciclo do ensino normal, ao qual a Lei Orgânica do Ensino Normal, de 1946, facultava a denominação Escola Normal (ROMANELLI, 1986). Esse curso, que o artigo nono da lei federal chamava de ensino normal intensivo, seria realizado em dois anos (MATO GROSSO, 1948). Posteriormente, pelos Decretos n. 590, de 3 dezembro de 1948 (MATO GROSSO, 1949), e Decreto n. 555, de 31 de outubro de 1958 (MATO GROSSO, 1958), foi confirmada a organização dessas e das futuras Escolas Normais, de segundo ciclo, em três anos.

Também foi nesse contexto que ocorreu a interiorização do ensino normal público, sendo seu acesso, em vista disso, facultado a outros municípios da região sul de Mato Grosso¹¹, como já relatado.

Já para tratar do plano de estudos da escola normal, foram analisados os planos de estudos sugeridos, no período 1910-1929, para a Escola Normal de Cuiabá, pelos Regulamentos de 1914 (MATO GROSSO, 1914) e de 1926 (MATO GROSSO, 1926).

Ao examiná-los, percebe-se que não houve diferenças significativas entre os planos de estudos do primeiro período, formados por dois núcleos fundamentais de disciplinas: de formação geral (Português, Francês, Aritmética e Álgebra, Geografia e Cosmologia, Física e Química, História Natural e História Universal, entre outras), em maior número, abrangendo mais de dois terços do currículo, principalmente nos primeiros dois anos do curso; e de formação específica (Psicologia e Pedagogia, Higiene e Ginástica, entre outras), em número mais reduzido, ocupando o plano de estudos da última série (3º ano).

Explicando essas particularidades, Araújo (2005) chama a atenção para a influência paulista sobre a construção curricular nesses anos, mencionando inclusive a presença dos educadores paulistas que foram responsáveis pela construção da Reforma de 1910 – Leowigildo de Mello e Gustavo Kuhlman. Ressalta a autora: “O pensamento que regeu a Reforma matogrossense de 1911, segue os mesmos parâmetros da Reforma Caetano de Campos, tendo caráter pragmático, moralizante, cívico, disciplinador, racionalizador” (ARAÚJO, 2005, p. 58).

Além disso, o mesmo Regulamento da Escola Normal de 1914 (MATO GROSSO, 1914) esclarecia que as disciplinas seriam comuns a ambos os sexos, porém os Trabalhos Manuais eram destinados apenas às mulheres. Ainda segundo o artigo 5º, as disciplinas eram classificadas em cadeiras e aulas: as cadeiras abrangiam as matérias cujo objetivo era de natureza predominantemente científica; e as aulas, as disciplinas que tinham feição predominantemente artística.

No ano de 1926, quando o Decreto n. 742, de 29 de setembro, estabeleceu novo Regulamento para a Escola Normal, a disciplina Psicologia foi inserida junto aos conteúdos de Pedagogia. As duas disciplinas, ligadas ao domínio da prática pedagógica, apareciam apenas ao final do curso. Araújo (2005) faz uma ressalva,

11 Após a reinstalação da Escola Normal Joaquim Murtinho, em 1948, foram criadas e instaladas, pelo poder público, as seguintes escolas normais em Mato Grosso: a) Escola Normal Jango de Castro, em Aquidauana (1949); Escola Normal Dom Aquino Corrêa, em Três Lagoas (1952); e Escola Normal de Ponta Porã (1959) (BEZERRA, 2015; CARVALHO, 2014; MATO GROSSO, 1953).

contudo, lembrando que a prática profissional dos normalistas também se fazia por meio dos exercícios de ensino na Escola Modelo. Esse outro aspecto que a reforma mato-grossense tomou de empréstimo ao modelo paulista, segundo Rodrigues (1988 apud ARAÚJO, 2005), não por acaso, também estava sob a responsabilidade do professor de Pedagogia.

Entre 1930 e 1937, estabeleceu-se o novo Regulamento das Escolas Normais, baixado pelo Decreto n. 271, de 18 de maio de 1933, já sofrendo o influxo e a influência do ideário escolanovista (FIN, 2012).

Indícios dessa influência podem ser visualizados na ênfase mais acentuada no núcleo pedagógico do currículo, ao qual se somaram outras disciplinas da área dos Fundamentos da Educação (Didática e História da Educação). Para tal, o curso passou a contar com um quarto ano de formação e as disciplinas do núcleo pedagógico apareciam desde o segundo ano de curso.

No terceiro momento histórico, entre 1948 e 1970, quando foram reabertas as Escolas Normais Pedro Celestino e Joaquim Murтинho, situadas em Cuiabá e Campo Grande, respectivamente, além das instaladas posteriormente, os planos de estudos passaram a ser organizados de acordo com a legislação federal de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal). Quatro propostas estiveram em vigor nesse período: a primeira, apresentada por meio do Decreto n. 287, de 26 de março de 1947 (MATO GROSSO, 1947); a segunda, arrolada no Decreto n. 410, de 18 de fevereiro de 1948 (MATO GROSSO, 1948), que determinava, visando ao imediato funcionamento das duas escolas normais existentes, que fosse oferecido o curso normal intensivo, em dois anos; a terceira, decorrente do Decreto n. 590, de 3 de dezembro de 1948 (MATO GROSSO, 1949), que propunha um novo plano de estudos, tendo em vista o funcionamento regular das escolas normais; e a quarta e última, que modificou exatamente o artigo 4º da lei anterior, que regulamentava o plano de estudos do ensino normal de segundo ciclo, apresentada pelo Decreto n. 555, de 31 de outubro de 1958 (MATO GROSSO, 1958).

Em relação à primeira e à última dessas propostas, enfatiza-se o fortalecimento, no plano de estudos, das disciplinas voltadas à formação profissional do futuro professor. Entre as 22 disciplinas arroladas no plano de estudos de 1947 (MATO GROSSO, 1947), seis são disciplinas de formação geral (com a inclusão de Línguas Modernas e Ciências Físicas e Biológicas) e 16 são voltadas para o campo educacional (incluindo-se aí novas disciplinas, como Sociologia Educacional, História e Filosofia da Educação, Biologia Educacional, etc.), alocadas desde o primeiro ano do curso. O mesmo se repetiu na proposta de 1958 (MATO GROSSO, 1958), em que, das 23 disciplinas propostas, seis eram de formação geral e 17 relacionadas à área pedagógica.

Assim, nesses anos marcados pela influência escolanovista, era coerente que houvesse o que Araújo (2005) pontuava ao tratar dos planos de estudos da Escola Normal Joaquim Murtinho, a saber: a exaltação do método, logo, a importância dos aspectos técnicos da formação do professor; as necessárias racionalização e simplificação dos métodos de ensino, postas num momento histórico em que a classe dominada alçava às portas do ensino primário e, portanto, se fazia premente a formação de docentes que sustentasse a expansão da escolarização básica, o que também ocorria em Mato Grosso; e a proeminência atribuída ao papel civilizador da educação pelos escolanovistas, como exigência fundamental para a formação do novo homem, requerido pela sociedade capitalista no Brasil, em sua transição para o *mundo moderno*, urbano e industrial.

Considerações finais

Ao partir do objetivo geral deste trabalho, que era destacar e analisar os marcos legais relativos ao processo de implantação e consolidação da escola normal pública em Mato Grosso, observando os primeiros 60 anos do século XX, algumas questões devem ser salientadas. A primeira, concernente à questão do acesso à formação docente por meio da escola normal, é a relação que se pode estabelecer entre o processo de expansão do ensino primário e a consolidação do ensino normal público em Mato Grosso. Foi exatamente quando as matrículas no ensino primário começaram a se tornar mais significativas, a partir dos anos 1930, que se verificou, de igual forma, a expansão do acesso às escolas normais.

Como uma característica desse processo em Mato Grosso, no entanto, evidenciam-se também as diferentes propostas dos gestores públicos para as várias modalidades de educação pós-primária, nesse caso, o ensino normal e o ensino secundário. Num primeiro momento, entre 1910 e 1937, atribuindo a ambas as modalidades de ensino a mesma importância. Posteriormente, sobrelevando o ensino secundário, ao passo que a formação de professores foi condensada em apenas um ano de estudos complementares, para quem desejasse se tornar professor. E, finalmente, a retomada das políticas públicas voltadas à expansão da escola normal, após 1947.

Além disso, acompanhando o processo de expansão do ensino normal no estado, as disciplinas voltadas para a formação pedagógica e para a atuação profissional foram ganhando cada vez mais evidência no plano de estudos, sobretudo após os anos 1930, com o fortalecimento do ideário escolanovista, também em Mato Grosso.

Um quarto aspecto, ainda dependente de outras investigações, diz respeito às diferenças existentes entre a implantação de escolas normais no norte e no sul de Mato Grosso. Parte-se, nessa direção, do fato de que foi após os anos 1970, sobretudo, que a região norte de Mato Grosso foi mais impactada pelos projetos desenvolvimentistas do governo federal, com a finalidade de ocupar aquela região do Brasil. Assim, seria também nesse momento histórico que a expansão do já então ensino de 1º grau, no norte de Mato Grosso, colocaria em pauta a necessidade de consolidação da formação de professores para atuar na região.

Referências

ARAÚJO, C. B. Z. A influência paulista e o escolanovismo na Escola Normal no sul de Mato Grosso. **Intermeio**, Campo Grande, v. 11, n. 21, p. 52-71, 2005.

BEZERRA, A. D'A. **A Escola Normal de Ponta Porá, Sul de Mato Grosso (1959-1974)**. Dissertação (Mestrado em Educação)– Campo Grande, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, 2014.

CANDIDO, A. A revolução de 1930 e a cultura. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 27-36, abr. 1984.

CARVALHO, L. B. de. **Implantação e consolidação da escola normal no sul de Mato Grosso: Escola Normal Jango de Castro, Aquidauana (1949-1975)**. Dissertação (Mestrado em Educação)– Campo Grande, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, 2014.

BASBAUM, L. **História sincera da República: de 1889 a 1930**. 5.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

BRASIL. **Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

_____. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: 1961. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/lei_no_4.024_de_20_de_dezembro_de_1961.htm>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: 14 jun. 2014.

_____. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1920**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1928. v. 4, parte 2: População do Estado de Matto Grosso.

BRITO, S. H. A. **Educação e sociedade na fronteira Oeste do Brasil**: Corumbá (1930-1954. Tese (Doutorado em Educação)– Campinas, Universidade de Campinas, UNICAMP, 2001.

FIN, M. T. **A apropriação das ideias escolanovistas no curso de formação de professores em Mato Grosso (1910-1937)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação)– Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT, Cuiabá, 2012.

MATO GROSSO. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Governador do Estado de Mato Grosso Fernando Corrêa da Costa por ocasião do início da Legislatura de 1953**. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1953.

_____. Decreto n. 353, de 27 de janeiro de 1914. **Lex**, Cuiabá, ano 25, n. 3675, p. 79-106, 1914.

_____. Decreto n. 742, de 29 de setembro de 1926. **Lex**, Cuiabá, ano 38, n. 5545; 5552; 5555; 5556-5559, 1926.

_____. Decreto n. 865, de 22 de junho de 1929. **Lex**, Cuiabá, ano 41, n. 6912, p. 1, 1929.

_____. Decreto n. 112, de 31 de dezembro de 1937. **Lex**, Cuiabá, ano 47, n. 7646, p. 1-2, 1937.

_____. Decreto n. 287, de 26 de março de 1947. **Lex**, Cuiabá, ano 56, n. 9898, p. 1, 1947.

_____. Decreto n. 410, de 18 de fevereiro de 1948. **Lex**, Cuiabá, ano 58, n. 10082, p. 1, 1948.

_____. Decreto n. 590, de 31 de dezembro de 1948. **Lex**, Cuiabá, ano 58, n.10551; 10553-10554, 1949.

_____. Decreto n. 555, de 31 de outubro de 1958. **Livro de Decretos**, Cuiabá, p. 88-89, 1958.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 37. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

REIS, E. **Ponta Porá: antes, durante e depois**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2005.

RODRÍGUEZ, M. V.; OLIVEIRA, R. T. C. de. História da Escola Normal no Estado de Mato Grosso: implantação e consolidação no sul do Estado. In: ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B. de; LOPES, A. de P. C. (Org.). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Alínea, 2008. p. 341-353.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

ROSA, M. G. S. **Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: UFMS, 1990.

SÁ, E. F. de. **Escola Normal de Cuiabá: história da formação de professores em Mato Grosso (1910-1916)**. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

SÁ, N. P.; SÁ, E. F. de. Escola Normal de Cuiabá: formar professores para lapidar almas. In: ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B. de; LOPES, A. de P. C. **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Alínea, 2008.

SAVIANI, D. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. **Educação**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 11-26, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-.2.2/index.php/reveducao/article/view/3735/2139>>. Acesso em: 23 maio 2014.

_____. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2014.

SILVA, C. S. B. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade**. 2. ed. revista e ampliada. Campinas: Autores Associados, 2003.

SIMIÃO, R. A. V. **O processo de profissionalização docente em Mato Grosso (1930-1960)**. Cuiabá: EdufMT, 2006.

SIMÕES, C. H. **A formação de professores na Escola Normal Joaquim Murinho no sul de Mato Grosso no período de 1930 a 1973**. Dissertação (Mestrado em Educação)– Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

SOUZA, R. F. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: EdUNESP, 1998.

VIDAL, D. G. Ensaio para a construção de uma Ciência Pedagógica Brasileira: o Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 77, n. 185, jan./abr. 1996.

_____. **O exercício disciplinado do olhar:** livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937). Bragança Paulista: EDUSE, 2001.

VILLELA, H. de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, Autêntica, 2000. p. 95-134.

TANURI, L. M. História da Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61-88, maio/jun./jul./ago. 2000.

Recebimento em: 07/11/2014.

Aceite em: 30/03/2015.